



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/DPF/FIG/PR

LICLI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 16551669/2020 - GTED/DPF/FIG/PR

Processo nº 08389.005972/2020-47

DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU
(Processo Administrativo n.º08389.005972/2020-47)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em manutenção predial, para prestação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais existentes ou que venham a ser instalados, pertencentes à Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR e suas unidades subordinadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição / Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Máximo Anual (R\$)
1	EQUIPE FIXA - Contratação de serviços contínuos de manutenção corretiva, preventiva e preditiva das instalações prediais e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TR e seus Anexos, COM dedicação exclusiva, exceto a Supervisão Técnica.	Mês	12	R\$ 599.981,12
2	EQUIPE EVENTUAL – Contratação de serviços contínuos de manutenção corretiva, preventiva e preditiva das instalações prediais e equipamentos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TR e seus Anexos, SEM dedicação exclusiva - estimativa.	Mês	12	R\$ 62.003,84
3	EQUIPE ESPECIALIZADA - Contratação de serviços contínuos de manutenção corretiva, preventiva e preditiva de equipamentos específicos (subsistema), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste TR e seus Anexos, SEM dedicação exclusiva - estimativa.	Mês	12	R\$ 12.990,06
4	MATERIAL DE CONSUMO - Peças e materiais de reposição para execução dos serviços da Equipe Fixa, Equipe Eventual e dos Serviços Especializados, e, extintores de incêndio – estimativa.	Mês	12	R\$ 192.606,75
	Valor Total			R\$ 867.581,76

1.2. O objeto de Licitação tem a natureza de **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, PEÇAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**

1.3. Os quantitativos são os discriminados na tabela acima.

1.4. A execução do objeto deverá obedecer aos critérios e diretrizes do **CADERNO de ENCARGOS de MANUTENÇÃO, Anexo deste Termo de Referência (TR)**.

1.5. A presente contratação adotará o **REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de **60 (sessenta)** meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Preliminares, bem como no Termo de Justificativas Relevantes, anexos deste TR.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução encontra-se em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, porém algumas considerações complementares deverão ser documentadas, como as que se segue:

3.2. Dos Serviços

3.2.1. Prestação de **serviços comuns e contínuos de engenharia para manutenção predial preventiva, preditiva e corretiva**, nos sistemas, redes e instalações elétricas, gerador de energia de emergência, hidro sanitárias e de águas pluviais, de combate e prevenção a incêndios existentes, entre outros sistemas, ou que venham a ser incorporados nas instalações prediais pertencentes a DPF/FIG/PR e em suas unidades subordinadas, conforme descrito neste TR e seus Anexos.

3.2.2. A prestação dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, incluem o fornecimento de mão de obra, ferramentas, instrumentos, equipamentos e todos os materiais necessários para a execução dos serviços, na totalidade dos sistemas descritos, além dos relatórios e documentos técnicos pertinentes.

3.2.3. A descrição dos equipamentos, instalações e sistemas existentes na DPF/FIG/PR, encontra-se detalhada em Anexo deste TR.

3.2.4. A omissão na descrição de quaisquer partes ou equipamentos existentes, ou a substituição/alteração de suas características no decorrer do contrato, não exime a CONTRATADA da prestação dos serviços objeto deste TR e seus Anexos com relação às partes omitidas/substituídas/alteradas, desde que estas sejam parte integrante dos locais especificados neste TR.

3.2.5. Assessoramentos técnicos e administrativos referentes a todas as atividades relacionadas com o escopo do objeto da licitação, incluindo:

3.2.5.1. Acompanhamento e suporte à Fiscalização para serviços de terceirizadas e subcontratadas;

3.2.5.2. Coordenação de atividades de apoio integradas às rotinas de manutenção preventiva, preditiva, corretiva e de eficiência energética e hídrica;

3.2.5.3. Estudos e pareceres sobre a condição operacional dos equipamentos e sistemas instalados;

3.2.5.4. Estudos e pareceres sobre modernizações e melhorias dos equipamentos e sistemas instalados;

3.2.5.5. Auxiliar a DPF/FIG/PR e suas unidades subordinadas, no acompanhamento de manutenções e serviços no sistemas, equipamentos e instalações desta correlatos ao objeto deste Termo de Referência, mesmo que executados por outras empresas, visando o seu enquadramento às rotinas de manutenção preventiva e corretiva.

3.2.6. Os serviços objeto deste TR estender-se-ão a novos equipamentos e sistemas que venham a ser instalados sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE.

3.3. Dos Locais

3.3.1. Os serviços serão executados nos locais especificados nas tabelas seguintes.

Item	Local	Endereço	Área construída (m²)	Área do terreno (m²)	Área livre (m²)
01	Edifício Sede da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu - DPF/FIG/PR	Av. Paraná, nº 3471, Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR	9.416,45*	49.942,16	45.273,51
02	Canil da DPF/FIG/PR	Av. Paraná, nº 3471, Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR	157,38	Já inclusa no terreno da DPF/FIG/PR	
03	Pátio de Veículos Apreendidos da DPF/FIG/PR	Av. José Maria de Brito, nº2291, Polo Centro - Foz do Iguaçu/PR	416,77**	28.208,00	27.791,23
04	Posto da Polícia Federal na Aduana da Ponte Internacional da Amizade	BR 277, Km 734 - Foz do Iguaçu/PR	234,42	N/A	
05	Posto da Polícia Federal na Aduana da Ponte Tancredo Neves	Av. Mercosul s/nº 1152 - Foz do Iguaçu/PR	271,00	N/A	
06	Núcleo Especial de Polícia Marítima da DPF/FIG/PR – Base Itaipu	Usina Hidrelétrica de Itaipu, Av. Tancredo Neves, 6.731, Foz do Iguaçu/PR	1.369,30***	18.780,18	18.022,35
07	Núcleo Especial de Polícia Marítima da DPF/FIG/PR – Base Estaleiro	Rua José do Patrocínio - Foz do Iguaçu/PR	1.103,94	5.000,00	4.196,06

*Incluso área do galpão, com 560,00 m².

**Incluso área dos galpões, com 307,33 m².

***Incluso área dos galpões, com 954,00 m²

3.4. Da Forma de Contratação

3.4.1. Os serviços, a serem contratados, **são de natureza continuada**, enquadram-se na classificação de **serviços comuns de engenharia**, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto 5.450, de 2005, Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e acórdão 2472/2011 Segunda Câmara- TCU e **deverão ser licitados através da modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço global**, com agrupamento dos serviços, dispostos em itens, com todo o objeto adjudicado a um único licitante, em virtude das características técnicas dos sistemas abrangidos, cujo controle, programação, operação, dentre outras funções, se interagem, tornando inviável a contratação de mais de uma empresa para a prestação do serviço em questão.

3.4.2. A contratação será de 01 (um lote) lote, compostos por 04 (quatro) itens, serviços contínuos, serviços eventuais, serviços especializados e materiais e peças, conforme representação resumo abaixo:

Equipe Fixa	Equipe Eventual	Equipe Especializada	Peças e Materiais
<ul style="list-style-type: none"> 01 Engenheiro Eletricista – Responsável Técnico – 80h/mês 01 Engenheiro Civil – Corresponsável Técnico – 40h/mês 01 Eletrotécnico – 220h/mês 02 Oficiais Eletricistas – 220h/mês 02 Oficiais Pedreiros – 220h/mês 	<ul style="list-style-type: none"> Pedreiro Gesseiro Vidraceiro Pintor Encanador Marceneiro Serralheiro Desenhista Arquiteto Engenheiro Eletricista Engenheiro Mecânico 	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção do Grupo Gerador da marca STEMAC composto por Motor-Gerador-QTA-USCA 	<ul style="list-style-type: none"> Anexo Lista de peças e materiais

3.4.2.1. Com relação aos serviços eventuais, a lista não é exaustiva. A CONTRATADA pode efetuar a contratação, com anuência da Fiscalização, de mão-de-obra eventual específica mediante pagamento do custo previsto em SINAPI, outra fonte oficial de consulta ou 3 (três) orçamentos. O limite orçamentário será o montante global previsto para mão de obra eventual.

3.4.2.2. Só haverá contratação de mão de obra eventual ou especializada que sejam afetas ao escopo deste Termo de Referência. Resta claro que a contratação de qualquer serviço ou profissional não poderá ser diverso dos serviços de manutenção predial.

3.4.2.3. Não se aplica o conceito de dedicação exclusiva de mão de obra aos Responsáveis Técnicos, tendo em vista a quantidade de horas mensais.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, e não exclusiva (para as ocorrências que envolverem serviços eventuais e especializados), a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Os SERVIÇOS DA EQUIPE FIXA são serviços contínuos COM dedicação exclusiva de:

- 4.4.1. Operação, supervisão e assessoramento técnico;
- 4.4.2. Manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial;
- 4.4.3. Fornecimento de peças e materiais;

4.5. Os SERVIÇOS DA EQUIPE EVENTUAL são serviços não contínuos e SEM dedicação exclusiva pois:

- 4.5.1. A contratação é por demanda;
- 4.5.2. Profissionais com habilidades e ferramental específicos;
- 4.5.3. Serão remunerados por hora trabalhada devidamente especificada por um Responsável Técnico e aprovada pela Fiscalização.

- 4.6. Os SERVIÇOS DA EQUIPE ESPECIALIZADA que também são contínuos mas SEM dedicação exclusiva:
- 4.6.1. Serviços de especificidade que serão realizados por uma empresa especializada no tipo de atividade demandada, com ou sem exclusividade com fabricante;
- 4.6.2. Operação, supervisão e assessoramento técnico para o dado subsistema;
- 4.6.3. Manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial para o dado subsistema.
- 4.7. A contratação em tela adotará como regime de execução da empreitada a **EXECUÇÃO INDIRETA onde:**
- “...é dever do gestor escolher o regime que melhor atende ao interesse público diante das possíveis eventualidades que venham a incidir no contrato, de modo que se pode afirmar que a discricionariedade na adoção de um ou outro regime é consideravelmente mitigada, porquanto a autoridade estará vinculada às opções decorrentes dos estudos e levantamentos preliminares que definirão os modos possíveis de contratação do empreendimento, tendo em vista, principalmente, os parâmetros da eficiência e economicidade”(AGU, MANUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA,2014, p.15).*
- 4.8. Pessoa estranha a administração é responsável pela execução do projeto.
- 4.9. É vedada a participação da administração nos trabalhos de execução.
- 4.10. É conferido a administração poder de fiscalização sobre os trabalhos de execução.
- 4.11. “O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato” art. 71, lei 8.666/93.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Além dos requisitos elencados nos Estudos Técnicos Preliminares segue aqueles que não foram enumerados a tempo.
- 5.2. A natureza da contratação é de **SERVIÇO CONTINUADO pois trata-se de manutenção.**
- 5.3. Quanto as práticas de **SUSTENTABILIDADE** dever-se-ão observar os requisitos mínimos, estabelecidos em norma, para sustentabilidade no que diz respeito ao consumo energético, hídrico e legislação ambiental.
- 5.4. Normas ABNT para sustentabilidade:
- a) ABNT ISO/TR 14062:2004
 - b) ABNT NBR 16001:2012
 - c) ABNT NBR ISO 10002:2005
 - d) ABNT NBR ISO 10014:2008
 - e) ABNT NBR ISO 14001:2015
 - f) ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014
 - g) ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014
 - h) ABNT NBR ISO 26000:2010
 - i) ABNT NBR ISO 31000:2009
 - j) ABNT NBR ISO 50001:2011
 - k) ABNT NBR ISO 9001:2015
 - l) ABNT NBR ISO 9004:2010
- 5.5. Quanto a acessibilidade observa-se que deverão ser respeitadas as diretrizes da NBR 9050/2004, visto que a instalação e manutenção de divisórias faz parte do objeto de contratação.
- 5.6. As mudanças de layout e arranjo de divisórias serão executadas pela contratada, no entanto a decisão quanto a disposição será da equipe técnica da contratante.
- 5.7. A duração do contrato é de até **12 (doze)** meses, podendo ser prorrogado, até o limite de **60 (sessenta)** meses.
- 5.8. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), caso haja disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

CATEGORIA	CLASSIFICAÇÃO
ENGENHEIRO ELETRICISTA	2143-05
ENGENHEIRO CIVIL	2142-05
ENCAREGADO DE MANUTENÇÃO	3131
TÉCNICO ELETRICISTA	7156-10
OFICIAL PEDREIRO	7152-10

- 5.9. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.10. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

6. VISTORIA PARA LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o **LICITANTE PODERÁ, REALIZAR VISTORIA NAS INSTALAÇÕES DOS LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PRESENCIALMENTE**, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 17:00 horas, quando será emitido Termo de Vistoria, comprovando que os Engenheiros Responsáveis Técnicos ou funcionário da empresa vistoriou os locais de instalação dos equipamentos *in loco* presencialmente, e esclareceu todas as dúvidas de ordem técnica e legais, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (45) 3576-5626.

6.2. A Vistoria Técnica presencial à **TODAS** instalações da CONTRATANTE descritas em Anexo deste TR, embora facultativa, é aconselhável para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade às licitantes de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados.

6.3. A realização da vistoria presencial se consubstancia em condição facultativa para a participação na licitação, em que não será possível a disponibilização ou divulgação de fotografias, plantas e desenhos técnicos e congêneres por se tratar de projeto em área de segurança federal.

6.4. Ainda, pela necessidade de sigilo de informações que possam comprometer futuras operações policiais, quando da realização da vistoria será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório.

6.5. Quando da vistoria, os licitantes deverão se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade dos serviços, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente à Comissão de Licitação, antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no edital); após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à CONTRATADA a execução do objeto em sua totalidade.

6.6. Depois de realizada a vistoria, o funcionário responsável da CONTRATANTE assinará o Atestado de Vistoria, assinado conjuntamente com o representante do licitante, comprovando de que o mesmo vistoriou presencialmente as instalações da unidade, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em conformidade com o Edital e seus Anexos, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação para desconhecimento.

6.7. Assinado o contrato, a CONTRATADA deverá efetuar uma análise minuciosa de todo o projeto, buscando elucidar junto à Fiscalização, ao início dos trabalhos, toda e qualquer dúvida sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas.

6.8. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das presentes especificações não poderão, jamais, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a CONTRATADA como altamente especializado nos serviços em questão e, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta todos os custos diretos e indiretos, de serviços, peças e insumos necessários à perfeita e completa consecução do objeto.

6.9. A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

6.10. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.11. Para a vistoria, os Engenheiros Responsáveis Técnicos ou funcionário da licitante deverá estar devidamente identificado, comprovando sua vinculação ou responsabilidade técnica com a empresa interessada junto ao CREA.

6.12. Os Engenheiros Responsáveis Técnicos ou funcionário da empresa, expressamente autorizado – portando procuração ou carta de credenciamento, com vistas à realização da vistoria agendada, **devendo ainda comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que teve acesso**, anexando declaração na proposta de preços, devidamente visitada presencialmente pelo servidor responsável pela vistoria técnica, conforme modelo constante em Anexo deste TR.

6.13. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria deverá declarar, por meio de **Termo de Renúncia**, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Início da Execução do Contrato

7.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data prevista na Ordem de Serviço, devendo a contratada, alocar a mão-de-obra nos respectivos locais e nos horários a serem fixados pela CONTRATANTE, informando a fiscalização, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

7.1.2. A CONTRATADA **deverá apresentar no prazo de até 15 (quinze) dias do início do contrato:**

7.1.2.1. Relatório de Inspeção da Situação Física – RISF;

7.1.2.2. Relatório Inicial;

7.1.2.3. Plano Anual de Manutenção;

7.1.2.4. Software de Gerenciamento de Manutenção.

7.1.3. A CONTRATADA deverá implementar no prazo de até **30 (trinta)** dias do início do contrato:

7.1.3.1. Sistema de controle de frequência de pessoal da Equipe Fixa, que deverá ser realizado por meio digital, utilizando biometria, geolocalização com fotos, ou solução similar. Não serão aceitas folhas ponto assinadas manualmente, ou por qualquer outro meio analógico. O sistema deverá gerar automaticamente os relatórios de frequência.

7.1.4. A CONTRATADA deverá iniciar no prazo de até **15 (quinze)** dias do início do contrato:

7.1.4.1. Prestação dos Serviços Especializados;

7.1.5. A CONTRATADA deverá implementar no prazo de até **30 (trinta)** dias do início do contrato:

7.1.5.1. Software de Gerenciamento de Manutenção,

7.1.6. Apresentar à CONTRATANTE, em até **15 (quinze)** dias corridos da assinatura do contrato, os Engenheiros responsáveis técnicos e suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, dos profissionais responsáveis pelos serviços objeto deste Termo de Referência devidamente registradas junto ao CREA.

7.1.7. O modelo ou padrão do uniforme que será fornecido aos funcionários deverá ser apresentado em até **05 (cinco) dias úteis**;

7.1.8. Curriculum Vitae dos Engenheiros (Responsáveis Técnicos) deverá ser apresentado em até **05 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. Os engenheiros responsáveis técnicos deveram possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme em Anexo deste TR, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA.

7.1.9. Curriculum Vitae do Técnico encarregado pela condução dos serviços deverá ser apresentado em até **05 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. O Técnico Encarregado deverá possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme Anexo deste TR, comprovada mediante Certidão de Acervo Técnico emitida pelo respectivo Conselho de Classe.

7.1.10. Curriculum Vitae dos Profissionais Oficiais eletricitistas deveram ser apresentado em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. Os profissionais deveram possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme Anexo deste TR, comprovada em registro na Carteira de Trabalho.

7.1.11. Curriculum Vitae do Profissional Oficial de manutenção deverá ser apresentado em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. O profissional devera possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme Anexo deste TR, comprovada em registro na Carteira de Trabalho.

7.1.12. Curriculum Vitae do Profissional Meio Oficial de manutenção deverá ser apresentado em até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data do início da vigência do contrato. O profissional devera possuir, no mínimo, experiência e capacitação em manutenção de sistemas prediais equivalente ao objeto do procedimento licitatório, conforme Anexo deste TR, comprovada em registro na Carteira de Trabalho.

7.1.13. Caberá à CONTRATADA adquirir, fornecer e instalar, em até **15 (quinze) dias** após o início da prestação dos serviços, em local indicado pela DPF/FIG/PR, mantendo as condições ora descritas durante toda a execução contratual, mesas, cadeiras, armário, terminais (computadores), contratação de acesso a internet banda larga, e impressora com tecnologias compatíveis às necessidades e exigências da CONTRATANTE, para atender o Encarregado e Engenheiros de formar a realizar com velocidade adequada todas as tarefas atinentes ao objeto do contrato que demandem o uso de tecnologia da informação.

7.1.14. Caberá a contratada seguir as rotinas diárias, semanais, mensais e anuais estabelecidas no Plano de Manutenção e Controle constantes no Caderno de Encargos de Manutenção.

7.1.15. Mensalmente será entregue a fiscalização técnica da contratante, Relatório Mensal de Manutenção elaborado e assinado por um Responsável Técnico da contratada.

7.1.16. A execução e apresentação dos serviços seguirá, obrigatoriamente, as diretrizes do Caderno de Encargos de Manutenção.

7.2. Da Garantia

7.2.1. Independentemente da vigência do contrato, os Serviços Contínuos executados deverão ter garantia, contando do Recebimento pela Fiscalização, mínima de **6 (seis)** meses, podendo a CONTRATANTE solicitar garantia superior se assim entender durante a análise da solicitação do serviço.

7.2.2. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste TR, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 8.1. A gestão do contrato ficará a cargo da GESCON da respectiva unidade gestora, responsável pela coordenação das atividades inerentes à Gestão e Fiscalização dos contratos.
- 8.2. As atividades de fiscalização ficarão a cargo dos seguintes atores: fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscais setoriais e público usuário, conforme o caso.
- 8.3. A designação formal do gestor e fiscais será feito por ato do Chefe da respectiva Unidade Gestora.
- 8.4. Para o exercício da função, gestor e fiscais serão cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
- 8.5. Deverá ser priorizado o correio eletrônico como meio oficial de comunicação entre a Contratada e a Contratante. Para tanto deverá ser disponibilizado e-mail profissional da empresa. Também deverão ser disponibilizados números telefônicos fixo e móvel, para contato direto com o representante legal da empresa e preposto.
- 8.6. Os critérios de medição e pagamento estão dispostos ao longo do presente TR e seus Anexos, salientando-se ainda que:
- 8.6.1. Os itens relacionados na Planilha de custos das manutenções e serviços, envolvendo Equipe Fixa, Peças e Materiais, Equipe Eventual e Equipe Especializada; apresentada no Relatório Mensal serão medidos e pagos somente se efetivamente aplicados ou executados, desde que previamente aprovado e Fiscalização Técnica.
- 8.6.1.1. No caso de necessidade de utilização de materiais que não estejam originalmente na tabela constante em Anexo deste TR, deverão ser apresentados, no mínimo, três orçamentos ou respectivo código SINAPI (rigorosamente nos preços indicados na referida tabela no Paraná) do mês correspondente ao da pesquisa de preço da licitação;
- 8.6.1.2. Os dados supracitados serão analisados pela Fiscalização Técnica, devendo ser previamente autorizados para que seja efetuada a aquisição/execução, respectivamente, de bens e serviços.
- 8.6.2. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação do Relatório Mensal de Manutenção relativo ao período trabalhado, anexar uma planilha indicando especialmente os materiais que foram utilizados e que não estavam originalmente na tabela constante em Anexo deste TR contendo os códigos e a fonte de da cotação ou os três orçamentos, conforme acima explicitado. Após a conferência dos itens, códigos e valores apresentados na fatura, esses serão recebidos provisoriamente e encaminhado para o Gestor do Contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.6.3. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação do Relatório Mensal de Manutenção relativo ao período trabalhado, anexar planilha indicando as peças e materiais que foram utilizados, contendo as fontes de cotação ou os três orçamentos. Após a conferência dos itens, códigos e custos apresentados na fatura, esses serão recebidos provisoriamente e encaminhado para o Gestor do Contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 8.6.4. Caso solicitado pela Fiscalização Técnica, a CONTRATADA deverá comprovar a qualidade das peças e materiais instalados ou das manutenções e serviços realizados. Não serão aceitas substituição por peças e materiais de qualidade inferior aos previamente instalados; ou a realização de manutenções e serviços de qualidade técnica inferior ao estipulado neste TR e seus Anexos.
- 8.6.5. Em caso de dúvida ou solicitação de equivalência na especificação das peças e materiais, ou seja, caso seja necessário substituir um determinado equipamento e sistema por outro diferente do modelo anteriormente instalado, seja em suas características, em seu modelo de fabricação ou seu fabricante, a Fiscalização Técnica deverá ser previamente consultada para atestar a equivalência através de relatório assinado por um Responsável Técnico da CONTRATADA.
- 8.6.6. A aprovação das manutenções e serviços realizados e posterior medição pela Fiscalização Técnica somente será realizada após a execução dos procedimentos de avaliação previstos em Anexo deste TR.
- 8.6.7. A CONTRATADA deverá apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) dos Engenheiros responsáveis Técnicos, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 referente ao objeto e relativa ao período de vigência do contrato como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura, procedimento este a ser mantido em períodos subsequentes em caso de prorrogação contratual.
- 8.7. A Fiscalização Técnica definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, a melhor forma para apresentação dos documentos objetivando a medição dos serviços, sempre respeitando os procedimentos previamente estabelecidos no presente TR e seus Anexos.
- 8.8. O pagamento dos serviços apenas será realizado quando a CONTRATADA reunir todos os documentos necessários, tais como relatórios mensais de manutenção, notas fiscais, Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), regularidade perante os órgãos públicos, entre outros, conforme os procedimentos estabelecidos em todo o presente TR e seus Anexos.
- 8.9. Para medição e pagamentos dos postos de trabalho previstos no presente TR e seus Anexos, serão verificados e avaliados a presença física do funcionário durante o seu expediente, o sistema de controle de frequência de pessoal a ser enviado e controlado pela CONTRATADA, e também a qualidade e eficácia dos serviços, conforme descrito em Anexo deste TR.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário

9.2. Os materiais e equipamentos a serem disponibilizados pela contratada encontram-se discriminados em Anexo deste TR.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Dos Serviços Contínuos

10.1.1. Os serviços contínuos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva serão realizados pelas Equipes Fixa, Eventual e Especializada de acordo com os critérios e diretrizes de manutenção elencados em Anexo deste TR.

10.1.2. A Fiscalização, no interesse do serviço, poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e periodicidade de realização dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva previstas em Anexo deste TR, mediante comunicação, por escrito, à CONTRATADA, que terá **05 (cinco)** dias úteis para providenciar as alterações;

10.1.3. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, serem realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o funcionamento normal da mesma. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia ou risco aos ocupantes da mesma, deverão ser realizados aos sábados, com a autorização prévia da Fiscalização.

10.2. Da Equipe Fixa/Residente

10.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste TR.

10.2.2. A formação e atribuições dos profissionais, bem como quantitativos mínimos exigidos para a Equipe Fixa, encontram-se descritos em Anexo deste TR.

10.2.3. A distribuição dos profissionais nas diferentes instalações da CONTRATANTE será determinada pela Fiscalização.

10.2.4. A escala comum de trabalho será estabelecida pela Fiscalização, em comum acordo com a CONTRATADA, podendo acontecer no período entre às 7h (sete horas) às 19h (dezenove horas), salvo situação excepcional que haja necessidade de alteração da mesma, sendo concedido o intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora para o almoço.

10.2.5. Os membros da Equipe Fixa de execução dos Serviços Contínuos serão alocados conforme determinado pela Fiscalização, podendo serem deslocados em razão do serviço a ser realizado na DPF/FIG/PR e em suas unidades subordinadas mencionadas neste TR.

10.2.5.1. O deslocamento entre as unidades subordinadas a que se refere este item, deverá ser realizado por veículo do tipo picape ou utilitário, sendo sua aquisição e manutenção de total responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, sendo vedado a utilização de qualquer modalidade de transporte público ou coletivo inclusive os sob demanda tal qual aplicativos como "Uber", "99" ou similares.

10.2.5.2. Prazo para a apresentação do veículo será de **30 (trinta)** dias a partir da assinatura do contrato.

10.2.5.3. Todo e qualquer gasto referente ao deslocamento da equipe fixa, é de total responsabilidade da CONTRATADA.

10.2.6. As atividades a serem desenvolvidas em áreas energizadas deverão contar com profissionais devidamente qualificados para os diversos níveis de tensão exigidos. Caso a Fiscalização constate o descumprimento desta determinação isso se constituirá em falta grave podendo ensejar, inclusive a rescisão contratual.

10.2.7. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.

10.2.8. A realização pela CONTRATADA de qualquer elemento ou seção de serviços implicará a tácita aceitação e ratificação por parte dela, dos materiais, processos e dispositivos adotados e preconizados para o elemento ou seção de serviço executado.

10.2.9. As horas trabalhadas em situações de atendimentos emergenciais serão compensadas em comum acordo entre a Fiscalização e a CONTRATADA, sem ônus contratual, sendo efetuada a homologação do banco de horas e relatório mensal pela fiscalização.

10.2.10. Os engenheiros responsáveis técnicos e/ou integrantes da equipe técnica deverão pertencer ao quadro técnico da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor e o empregado com registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social. Não serão aceitos contratos de prestação de serviços para quaisquer dos integrantes da equipe residente.

10.2.10.1. No decorrer da execução do contrato, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Fiscalização.

10.2.10.2. As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato

que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.

10.2.10.3. Comprovação da capacitação dos engenheiros técnicos responsáveis, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome dos responsáveis técnicos, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

10.2.11. Os **custos unitários** de cada profissional do serviço contínuo, listados em Anexo deste TR serão aqueles propostos pela Licitante Vencedora, os quais constarão no modelo de planilha de custos de formação de preços a ser preenchida pelo licitante.

10.2.11.1. Quanto aos custos dos engenheiros responsáveis técnicos a empresa LICITANTE deverá apresentar a respectiva planilha preenchida com os valores, de acordo com o vínculo empregatício, encargos e benefícios previstos em Anexo deste TR.

10.3. Da Equipe Técnica Eventual

10.3.1. Considera-se Serviço Eventual, para todos os fins e efeitos deste Termo de Referência, toda manutenção ou serviço que extrapole as rotinas e competências da Equipe Fixa ou requeira qualificação que vai além da exigida dos profissionais da Equipe Fixa.

10.3.2. Os Serviços Eventuais deverão ser executados por funcionário distinto dos alocados nos postos de trabalho da Equipe Fixa e com prévia autorização da Fiscalização, conforme procedimento elencados no presente Termo de Referência e seus Anexos.

10.3.3. Os **custos unitários** de cada profissional eventual listados serão aqueles propostos pela Licitante Vencedora, os quais constarão em Anexos deste TR.

10.3.4. Na eventualidade de necessidade contratação de profissional eventual **não** discriminados em Anexo deste TR durante a execução dos serviços de manutenção previstos no escopo deste TR, sua contratação pela CONTRATADA ficará condicionado à aprovação prévia pela Fiscalização.

10.3.4.1. Neste caso, o custo a ser remunerado não poderá ser maior do que os contidos no SINAPI.

10.3.4.2. Não constando o profissional no SINAPI, deverão ser utilizados primeiramente outras fontes oficiais de consulta. O custo a ser remunerado será o menor encontrado.

10.3.4.3. Na hipótese de não haver identidade total entre um Serviço Eventual realizado e as tabelas públicas mencionadas, será admitida a quantificação por analogia com serviços assemelhados e de mesma natureza, constantes daquelas tabelas ou, em último caso, será aplicada a sistemática de pesquisa de preço de mercado, conforme estabelecido no subitem abaixo.

10.3.4.4. Não constando o profissional em fontes oficiais de consulta, serão realizadas pela CONTRATADA 3 (três) cotações de mercado. O custo a ser remunerado será o menor cotado.

10.3.4.5. No caso de apresentação de 3 (três) cotações de mercado, estas deverão ser comprovadas por e-mail ou outra forma à critério da Fiscalização, constando os dados das empresas cotadas.

10.3.4.6. Os custos supracitados serão acrescidos do BDI adjudicado para o fornecimento de Mão-de-obra.

10.3.5. Os custos correspondentes à contratação de profissionais elencados em Anexo deste TR bem como aqueles que eventualmente não constem no referido Anexo, serão faturados juntamente com o valor mensal a ser pago à CONTRATADA, estando tais despesas limitadas ao valor anual estimado.

10.3.6. Os Serviços Eventuais serão pagos somente após a conclusão dos serviços.

10.3.7. O pagamento será efetivado na medição mensal.

10.3.8. Os Serviços Eventuais serão pagos independentemente do valor mensal referente à Equipe Fixa.

10.3.9. Sempre que houver necessidade de contratação de mão-de-obra eventual para realização de manutenção ou serviço, os Responsáveis Técnicos implementarão um relatório contendo:

10.3.9.1. Justificativa da contratação;

10.3.9.2. Descrição da manutenção ou serviço;

10.3.9.3. Custos de Peças e Materiais, se necessário;

10.3.9.4. Quantidade de horas necessárias;

10.3.9.5. Garantia dos serviços executados.

10.3.10. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados, sob acompanhamento e orientação de um dos Responsáveis Técnicos da CONTRATADA.

10.3.11. De acordo com a dimensão e complexidade das manutenções ou serviços eventuais a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização e o Responsável Técnico. Tais prazos serão registrados nas Ordens de Serviço.

10.3.12. O prazo para conclusão de trabalho será considerado **prazo para finalizar o atendimento**, sendo que seu descumprimento estará sujeito às glosas no pagamento por metas não atingidas previstos em Anexos deste TR.

10.3.13. Sempre que exigido pela Fiscalização, a CONTRATADA obrigará-se a registrar a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e

quitação.

10.3.14. É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar a contratação anual, na modalidade equipe eventual, de profissional responsável técnico com habilitação em prevenção e combate a incêndio, para que forneça os Laudos de Vistoria e as Anotações de Responsabilidade Técnica para todas as edificações da DPF/FIG/PR e de suas unidades subordinadas, dos seguintes sistemas integrantes da prevenção e combate a incêndio:

- 10.3.14.1. ART para o Sistema de Detecção de Combate a Incêndio;
- 10.3.14.2. ART para o Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento - C.M.A.R.;
- 10.3.14.3. ART para os Hidrantes;
- 10.3.14.4. ART para os Sprinkler's;
- 10.3.14.5. ART, para as Mangueiras de Incêndio;

10.4. Da Equipe Técnica de Serviços Especializados

10.4.1. Entende-se por serviço técnico especializado aquele que requeira autorização do fabricante para sua execução, para que assim não haja perda de garantia de fábrica ou de manutenção. Entende-se também por serviço técnico especializado aquele que demanda da prestadora de serviço de manutenção um conhecimento técnico diferenciado, uma expertise especializada para efetuar a manutenção, mesmo a empresa não necessitando e não possuindo carta de exclusividade da fabricante para realização da manutenção.

10.4.2. A CONTRATADA deverá subcontratar os serviços que, por sua especialização, requeiram a atuação de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pelo CONTRATANTE, com base neste Termo de Referência e seus Anexos.

10.4.3. Os serviços especializados previamente estabelecidos são para os equipamentos abaixo descritos, podendo outros existirem em decorrência da compra pela CONTRATANTE:

10.4.3.1. **Manutenção do Grupo Motor Gerador (GMG), composto por motor, gerador, QTA, USCA e demais componentes.**

10.4.4. Os serviços especializados são compostos de:

- 10.4.4.1. **Manutenção Preventiva** – 1 (uma) visita mensal para execução de revisão programada.
- 10.4.4.2. **Atendimentos Emergenciais** – 2 (dois) atendimentos emergenciais para diagnóstico ou correção.
- 10.4.4.3. **Manutenções corretivas** - 2 (dois) atendimentos corretivos.
- 10.4.4.4. **Responsabilidade Técnica Anual** - emissão de 1 (uma) ART anual.

10.4.5. Os custos dos serviços especializados estão previstos em Anexo deste TR.

10.4.6. Os custos supracitados serão acrescidos do BDI adjudicado para o fornecimento de Mão-de-obra.

10.4.7. As rotinas de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o equipamento com equipe especializada acima descrito, deverá ser estabelecida e especificada pela CONTRATADA, sendo que esta fará tal detalhamento após verificar junto com a fabricante ou com as empresas indicadas pela fabricante e que possuam carta de exclusividade, a maneira como tais serviços devem ser executados para que assim sejam contratados.

10.4.8. A Revisão Programada e os Atendimentos Emergenciais serão definidos por um dos Responsáveis Técnicos da CONTRATADA em acordo com a Fiscalização. A Revisão Programada deverá ser planejada no Plano Anual de Manutenção, com base nas informações levantadas pela CONTRATADA junto com as fabricantes, suas representantes de manutenção ou empresas especializadas, tendo a CONTRATADA um prazo de **5 (cinco) dias do início do contrato de manutenção, para elaborar este plano de manutenção.**

10.4.9. O fornecimento de peças e materiais para a execução dos serviços especializados será feita pela CONTRATADA, seguindo os procedimentos definidos em Anexo deste TR.

10.4.10. O início da prestação dos serviços especializados deve ser de até **15 (quinze) dias do início do contrato de manutenção.**

10.4.11. Caso haja impossibilidade de iniciar a prestação dos serviços especializados no prazo indicado no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento assinado pelo Responsável Técnico, justificando os motivos e com documentação comprobatória.

10.4.12. Quaisquer serviços de intervenção nos equipamentos devem ser realizados em conformidade com o manual do equipamento, com emissão de relatório detalhado e laudo sobre as condições gerais dos equipamentos devidamente assinados pelo executor dos serviços.

10.4.13. Caso seja constatado que as falhas ou os defeitos recorrentes, ou a indisponibilidade dos equipamentos, tenha sido por culpa da CONTRATADA, esta deverá arcar com os custos dos serviços técnicos especializados, sem direito a reembolso.

10.4.14. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, passível de sanções administrativas, qualquer atraso, falta de ingerência, inadequado atendimento ou falha na prestação do serviço da subcontratada que atenderá a demanda do chamado para efetuar o serviço especializado, devendo a CONTRATADA ajustar contrato com a subcontratada especializada, para garantir tais termos e compromisso na execução dos referidos serviços.

10.4.15. As empresas especializadas que efetuarem a manutenção nos equipamentos com manutenção especializada, deverão apresentar anualmente a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA/PR - da

referida manutenção.

10.5. **Índice de Medição de Resultado (IMR)**

10.5.1. A CONTRATADA obrigará-se ao cumprimento do IMR, conforme indicadores constantes em Anexo deste TR, sujeitando-se às **Glosas no Pagamento** por metas não atingidas.

10.5.2. As **Glosas no Pagamento** referentes ao IMR não excluem as sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93 constantes deste Termo de Referência.

10.6. **Dos Sistemas** - A demanda do órgão para a contratação de empresa especializada em manutenção que englobe as seguintes áreas:

10.6.1. Instalações elétricas com estudos de consumo, planejamento e visando adaptações ao PROCEL;

10.6.2. Sistema com grupos geradores de emergência;

10.6.3. Sistema de UPS modular (Nobreak's) e conjunto de baterias;

10.6.4. Sistema de detecção e combate a incêndio;

10.6.5. Sistema de distribuição elétrica por cabeamento e acessórios;

10.6.6. Sistemas de iluminação externa contendo postes com elevações superiores a 12 (doze) metros, como "super-postes";

10.6.7. Instalações hidrossanitárias e de águas pluviais, incluindo esgotos, fossas sépticas, caixas de gordura, calhas (algumas com elevações superiores a 5 (cinco) metros e sistema hidropneumático para água potável;

10.6.8. Instalações de prevenção e combate a incêndio com hidrantes, automático de sprinklers, extintores de incêndio e detectores de fumaça, incluindo sistema de proteção contra descargas atmosféricas;

10.6.9. Sistemas estruturais edifícios, de acabamento em geral, reboco, massas, chapisco, esquadrias, pinturas, divisórias, forros, pisos, luminárias, asfaltamentos, pastilhas de banheiros e de fachadas, cerâmicas, cobrimentos, capiaços, aqui contempladas substituições e consertos, ou outros reparos gerais e serviços específicos de engenharia civil;

10.7. A descrição detalhada dos equipamentos, instalações e sistemas existentes se encontra em Anexo deste TR.

10.8. Deverão estar inclusas no dimensionamento da proposta, além dos itens listados acima, assessoramentos técnicos e administrativos referentes a todas as atividades relacionadas com o escopo deste TR e seus Anexos.

10.9. **Dos Insumos**

10.10. Todas as peças, materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para a realização dos serviços contínuos de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, reparos e adaptações, objeto destas especificações, serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

10.10.1. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**;

10.10.2. Garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade, ou seja, de primeira linha;

10.10.3. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para esse fim perfeitamente limpa e organizada;

10.10.4. A CONTRATADA deverá apresentar a Fiscalização relação de equipamentos e ferramentas à disponibilidade da CONTRATADA, os quais deverão estar locados em suas instalações à disposição do CONTRATANTE, para a perfeita execução dos serviços constantes desta especificação;

10.11. Todos os materiais e peças necessários para a realização dos serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva, reparos e adaptações, objeto destas especificações, serão fornecidos pela CONTRATADA, conforme Anexo deste TR cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.

10.12. A CONTRATADA é responsável pela destinação (descarte) de peças, materiais ou equipamentos que forem substituídos, que deverá ser realizado em concordâncias as leis ambientais federais, estaduais e municipais.

10.13. Os serviços serão executados nos locais listados neste TR e Anexos.

10.14. Para a formação dos preços e apresentação de proposta, a licitante deve considerar que os locais listados neste TR e Anexos possuem laudos de periculosidade, devendo, portanto, o salário base da categoria ser acrescido de 30% (trinta por cento), para cálculo da remuneração;

10.15. Eventuais necessidades de operação dos equipamentos e sistemas, bem como eventuais necessidades de manutenções emergenciais, deverão ser atendidas pela CONTRATADA após acionamento da CONTRATANTE, podendo o acionamento ocorrer qualquer dia e qualquer horário, considerando o funcionamento contínuo e ininterrupto da CONTRATANTE.

10.16. As chamadas deverão ser atendidas pela CONTRATADA, impreterivelmente, no prazo máximo de **01 (uma) hora** após acionamento da CONTRATANTE.

11. UNIFORMES

11.1. Os uniformes a serem fornecidos pela CONTRATADA a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão CONTRATANTE, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

11.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

- 11.2.1. Calça comprida tipo “jeans” ou sarja;
- 11.2.2. Camisa manga curta;
- 11.2.3. Camisa manga longa;
- 11.2.4. Blusa de inverno;
- 11.2.5. Par de botina com sola de borracha, de acordo com a categoria profissional;
- 11.2.6. Cinto.

11.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- 11.3.1. Tecido resistente e confortável;
- 11.3.2. Identificação discreta da empresa;
- 11.3.3. Uniforme diferenciado para o Técnico Encarregado Geral;

11.4. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

11.4.1. 03 (três) conjuntos compostos de calça, camisa e camisa manga longa e 01 (um) conjunto composto de cinto, blusa de inverno e botina para cada empregado no início da execução do contrato, devendo ser acrescido de 01 (um) conjunto completo de uniforme composto de calça, camisa, camisa manga longa, cinto, blusa de inverno e botina a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de **48 (quarenta e oito)** horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

11.4.2. A botina, o cinto e a blusa de inverno poderá ser substituída a cada **12 (doze)** meses se, ao final de **6 (seis)** meses, a mesma estiver em bom estado de conservação, com a devida autorização da fiscalização.

11.4.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

11.5. O modelo ou padrão do uniforme deverá ser apresentado à Fiscalização para aprovação em até **05 (cinco)** dias assinatura do contrato.

11.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à Fiscalização Técnica do contrato.

11.7. Os valores para compra dos uniformes não deverão ser descontados dos funcionários, devendo ser suportado tal despesa com a compra dos uniformes pela empresa CONTRATADA.

11.8. Os custos unitários para uniforme e EPIs encontra-se em planilha separada, junto com 3 (três) orçamentos de referência. Tais custos não existem na tabela SINAPI.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

12.4. Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.5. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste TR;

12.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

12.7. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

- 12.7.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 12.7.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 12.7.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
- 12.7.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.8. fiscalizar mensalmente, por amostragem, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - 12.8.1. A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - 12.8.2. O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - 12.8.3. O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.
- 12.9. Analisar os termos de rescisão dos contratos de trabalho do pessoal empregado na prestação dos serviços no prazo de **30 (trinta)** dias, prorrogável por igual período, após a extinção ou rescisão do contrato.
- 12.10. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.11. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.13. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*As built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.14. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência, seus anexos e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência, seus Anexos e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração.
- 13.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.7. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 13.8. Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto neste Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;
- 13.9. As empresas contratadas que sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) deverão apresentar a seguinte documentação no primeiro mês de prestação dos serviços, conforme alínea "g" do item 10.1 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017:
 - 13.9.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, salário, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 13.9.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada; e

- 13.9.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços;
- 13.9.4. Declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;
- 13.9.5. Os documentos acima mencionados deverão ser apresentados para cada novo empregado que se vincule à prestação do contrato administrativo. De igual modo, o desligamento de empregados no curso do contrato de prestação de serviços deve ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao empregado dispensado, à semelhança do que se exige quando do encerramento do contrato administrativo.
- 13.10. Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale transporte.
- 13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 13.12. Substituir, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, em caso de eventual ausência, tais como faltas e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;
- 13.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.13.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 13.14. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, a contratada deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.
- 13.15. Autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 13.15.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 13.16. Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;
- 13.17. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.18. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;
- 13.19. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.20. Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:
- 13.20.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.20.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;
- 13.20.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.
- 13.21. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;
- 13.22. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

13.23. Fornecer, sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas dos empregados colocados à disposição da Contratante;

13.23.1. A ausência da documentação pertinente ou da comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS implicará a retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, mediante prévia comunicação, até que a situação seja regularizada, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2. Ultrapassado o prazo de **15 (quinze)** dias, contados na comunicação mencionada no subitem anterior, sem a regularização da falta, a Administração poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.23.2.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das respectivas verbas.

13.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.25. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.27. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;

13.28. Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art.30, §1º, II e do art. 31, II, todos da LC 123, de 2006.

13.28.1. Para efeito de comprovação da comunicação, a contratada deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

13.29. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.30. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.31. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

13.32. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.33. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

13.34. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

13.35. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.36. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

13.37. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

13.38. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

13.39. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

13.40. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

- 13.40.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.40.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.41. A cada período de **12 (doze)** meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 13.41.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 13.41.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 13.41.3. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 13.42. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006 e artigo 7º do Decreto n. 8.538/2015.
- 13.42.1. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 13.42.2. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 13.43. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 14.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 14.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 14.2. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto;
- 14.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado, pelo tempo do cumprimento da execução e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, devendo para isso firmar contrato entre a CONTRATADA e a subcontratada para obter a rigorosa execução do serviço subcontratado.
- 14.4. A licitante vencedora deverá subcontratar Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538, de 2015, no percentuais mínimo de 50% e máximo de 100% do limite imposto no item 14.1, desde que o objeto da contratação não ultrapasse o limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), atendidas as disposições dos subitens acima, bem como as seguintes regras:
- 14.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte a serem subcontratadas deverão ser indicadas e qualificadas pelos licitantes no momento da apresentação das propostas, com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;
- 14.4.2. No momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, será apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 14.4.3. A empresa contratada se comprometerá a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 14.4.4. A exigência de subcontratação não será aplicável quando o licitante for:
- 14.4.4.1. microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.4.4.2. consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 8.666, de 1993; e

14.4.4.3. consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

14.4.5. Não se admite a exigência de subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

14.4.6. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas

14.5. Para a subcontratação do sistema de maior complexidade, por exemplo, os que envolvam equipe especializada, a subcontratada deverá comprovar que possui qualificação técnica adequada, inclusive em relação ao pessoal disponibilizado para execução dos serviços, podendo a Administração solicitar, caso entenda necessário, comprovação mediante apresentação de ART, relativas a serviços similares.

14.6. A DPF/FIG/PR e suas unidades subordinadas, por meio da FISCALIZAÇÃO TÉCNICA do Contrato e nos termos da lei poderá autorizar a subcontratação, pelo fabricante ou representante autorizado – conforme Anexo deste TR, parcial somente para:

14.6.1. Manutenção do sistema de geração emergencial de energia, GMG, pelo fabricante ou empresa especializada – conforme Anexo deste TR

14.6.2. Serviços Eventuais, conforme Anexo deste TR

14.6.3. Fornecimento de materiais nos serviços especializados e eventuais, em sua totalidade, conforme Anexo deste TR.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. O CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual são o conjunto de ações que tem por objetivo aferir o cumprimento dos resultados previstos pela Administração para o serviço contratado, verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como prestar apoio à instrução processual e o encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outras, com vista a assegurar o cumprimento das cláusulas avençadas e a solução de problemas relativos ao objeto.

16.3. O conjunto de atividades de gestão e fiscalização compete ao gestor da execução do contrato, podendo ser auxiliado pela fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, de acordo com as seguintes disposições:

16.3.1. Gestão da Execução do Contrato: é a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo público usuário, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros;

16.3.2. Fiscalização Técnica: é o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

16.3.3. Fiscalização Administrativa: é o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

16.3.4. Fiscalização Setorial: é o acompanhamento da execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos, quando a prestação dos serviços ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um mesmo órgão ou entidade; e

16.3.5. Fiscalização pelo Público Usuário: é o acompanhamento da execução contratual por pesquisa de satisfação junto ao usuário, com o objetivo de aferir os resultados da prestação dos serviços, os recursos materiais e os

procedimentos utilizados pela contratada, quando for o caso, ou outro fator determinante para a avaliação dos aspectos qualitativos do objeto.

16.4. Quando a contratação exigir fiscalização setorial, o órgão ou entidade deverá designar representantes nesses locais para atuarem como fiscais setoriais.

16.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.6. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

16.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações (os documentos poderão ser originais ou cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração), no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

16.7.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar a seguinte documentação:

16.7.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

16.7.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela CONTRATADA; e

16.7.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da CONTRATADA que prestarão os serviços.

16.7.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF):

16.7.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

16.7.2.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

16.7.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

16.7.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

16.7.3. Entrega, quando solicitado pela CONTRATANTE, de quaisquer dos seguintes documentos

16.7.3.1. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;

16.7.3.2. Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador CONTRATANTE;

16.7.3.3. Cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

16.7.3.4. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

16.7.3.5. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

16.7.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

16.7.4.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

16.7.4.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

16.7.4.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

16.7.4.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

16.8. A CONTRATANTE deverá analisar a documentação solicitada no item acima no prazo de **30 (trinta)** dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais **30 (trinta)** dias, justificadamente.

16.9. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

16.10. Sempre que houver admissão de novos empregados pela CONTRATADA, os documentos elencados nesse item deverão ser apresentados.

16.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal administrativo do contrato deverá oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.12. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o fiscal administrativo do contrato deverá oficiar ao Ministério do Trabalho.

16.13. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela CONTRATADA poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

16.14. A CONTRATANTE poderá conceder prazo para que a CONTRATADA regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

16.15. Além das disposições acima citadas, a fiscalização administrativa observará, ainda, as seguintes diretrizes:

16.15.1. Fiscalização inicial (no momento em que a prestação de serviços é iniciada):

a) Será elaborada planilha-resumo de todo o contrato administrativo, com informações sobre todos os empregados terceirizados que prestam serviços, com os seguintes dados: nome completo, número de inscrição no CPF, função exercida, salário, adicionais, gratificações, benefícios recebidos, sua especificação e quantidade (vale-transporte, auxílio-alimentação), horário de trabalho, férias, licenças, faltas, ocorrências e horas extras trabalhadas;

b) Todas as anotações contidas na CTPS dos empregados serão conferidas, a fim de que se possa verificar se as informações nelas inseridas coincidem com as informações fornecidas pela CONTRATADA e pelo empregado;

c) O número de terceirizados por função deve coincidir com o previsto no contrato administrativo;

d) O salário não pode ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

e) Serão consultadas eventuais obrigações adicionais constantes na CCT para a CONTRATADA;

f) Será verificada a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho que obriguem a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

g) No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

I - relação dos empregados, com nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

II - CTPS dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinadas pela contratada;

III - exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

IV - declaração de responsabilidade exclusiva da contratada sobre a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato.

16.15.2. Fiscalização mensal (a ser feita antes do pagamento da fatura):

a) Deve ser feita a retenção da contribuição previdenciária no valor de 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura e dos impostos incidentes sobre a prestação do serviço;

b) Deve ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF;

c) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no Sicaf;

d) Deverá ser exigida, quando couber, comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 66-A da Lei nº 8.666, de 1993.

16.15.3. Fiscalização diária:

a) Devem ser evitadas ordens diretas da CONTRATANTE dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.

b) Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da CONTRATADA.

c) Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.

16.16. Cabe, ainda, à fiscalização administrativa do contrato, verificar se a CONTRATADA observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos.

16.16.1. O gestor deverá verificar a necessidade de se proceder a repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da CONTRATADA.

16.17. A CONTRATANTE deverá solicitar, por amostragem, aos empregados, seus extratos da conta do FGTS e que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seus nomes.

16.17.1. Ao final de um ano, todos os empregados devem ter seus extratos avaliados.

16.18. A CONTRATADA deverá entregar, no prazo de **15 (quinze)** dias, quando solicitado pela CONTRATANTE quaisquer dos seguintes documentos:

- a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da CONTRATANTE;
- b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a CONTRATANTE;
- c) cópia dos contracheques assinados dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários; e
- d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei, Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado.

16.19. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo apresentado em Anexo deste TR, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
- b) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.20. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

16.21. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.22. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.23. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.24. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.25. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

16.26. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.27. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

16.28. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.29. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.30. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.31. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.32. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, incluindo o descumprimento das obrigações trabalhistas, não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias ou para com o FGTS ou a não manutenção das condições de habilitação, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.33. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

16.34. Não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham

participado da execução dos serviços objeto do contrato.

16.35. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela CONTRATANTE para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

16.36. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

16.37. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

16.38. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.39. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.40. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório e definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

17.2. No prazo de até **5 (cinco)** dias do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.3.1.4. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

17.3.1.5. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato;

17.3.2. No prazo de até **15 (quinze)** dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

17.4. No prazo de até **30 (trinta)** dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.4.1. o prazo de validade;

18.4.2. a data da emissão;

18.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.4.4. o período de prestação dos serviços;

18.4.5. o valor a pagar; e

18.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis, e ainda:

18.4.6.1. identificar o regime de contribuição, se a contratada é optante pela CPRB ou CPP;

18.4.6.2. anexar a nota fiscal de qualquer insumo ou serviço que implique repasse de contas a Contratante;

18.4.6.3. identificar a origem dos insumos ou serviços, se adquiridos ou contratados em outra UF ou importados;

18.4.6.4. explicitar se o insumo ou serviço possui retenção tributária na origem ou no destino.

18.5. A contratada deverá, quando a legislação tributária assim exigir, emitir notas distintas para serviços e materiais discriminando, quando for o caso, os elementos do item 18.4.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.7.1. não produziu os resultados acordados;

18.7.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

18.7.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

18.17.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a **03 (três)** dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

18.17.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

18.17.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

18.18. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987

18.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100) / 365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-------------------	--

19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

19.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 são as estabelecidas neste Termo de Referência.

19.2. A futura Contratada deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

19.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

19.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão

depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no anexo XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da referida norma.

19.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

19.4.1. 13º (décimo terceiro) salário;

19.4.2. Férias e um terço constitucional de férias;

19.4.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

19.4.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

19.4.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

19.5. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança *pro rata die*, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta licitação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

19.6. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

19.7. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.

19.8. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

19.8.1. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

19.8.2. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

19.8.3. A empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de **3 (três)** dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.9. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. REAJUSTE E REPACTUAÇÃO

20.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de **1 (um)** ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 9.507, de 2018, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa nº 05, de 2017.

20.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação e, considerando a data-base para reajustamento, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

20.3. O interregno mínimo de **1 (um)** ano para a primeira repactuação será contado:

20.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, **vigente à época da apresentação da proposta**, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

20.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa.

20.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital. Para aqueles que constam em tabela

SINAPI o valor corrigido deverá obedecer a citada tabela. Para os demais deverá ser usada a variação do INPC desde a época da apresentação da proposta.

20.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que foi aceita e consignada nova proposta estando anexas as planilhas orçamentárias referentes a esses reajustes.

20.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

20.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

20.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de **1 (um)** ano, contado:

20.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

20.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

20.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

20.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

20.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

20.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

20.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.12. Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

20.13. Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do INPC ou Tabela SINAPI com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^o) / I^o$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos insumos a ser reajustada;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta da licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

20.13.1. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.13.2. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.13.3. Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.13.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

20.13.5. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

20.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- 20.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 20.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- 20.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras
- 20.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 20.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.
- 20.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.
- 20.18. As repactuações serão formalizadas por meio de Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.
- 20.19. O CONTRATADO deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor contratado, como condição para a repactuação, nos termos da alínea K do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 20.20. Quanto aos ADITIVOS CONTRATUAIS define-se que:
- 20.21. Para as subestimativas e super estimativas relevantes observa-se que o objeto de contratação não é obra ou projeto, trata-se de serviço de manutenção predial.
- 20.22. A variação, de preço, percentual aceitável para justificar a confecção de Termo Aditivo deverá ser superior a 5% (cinco) do total adjudicado.
- 20.23. A adição de valores ao contrato só ocorrerá quando for inserido no objeto contratação, com anuência e justificativa da fiscalização técnica e de contrato, novo local ou edificação.

21. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 21.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por **90 (noventa)** dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 21.2. No prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 21.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 21.2.2. O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 21.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de **90 (noventa)** dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 21.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 21.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 21.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;
- 21.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 21.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 21.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **15 (quinze)** dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 21.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.12. Será considerada extinta a garantia:
- 21.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 21.12.2. no prazo de **90 (noventa)** dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 21.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 21.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.
- 21.15. A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.
- 21.15.1. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho
- 21.16. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea "j" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 22.1.1. a total ou parcial inexecução de qualquer obrigação assumida em decorrência da contratação;
- 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.2.2. **Multa de:**
- 22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze)** dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a **25 (vinte e cinco)** dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste Termo de Referência.

22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.3, 22.2.4 e 22.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

- 22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 23.3.1. **A empresa licitante deverá comprovar a prestação de serviço de manutenção predial de pelo menos 39,68% da área do objeto de contrato, (12.969,26m²), ou seja, o mínimo de 5.146,20 m².**
- 23.3.2. **A comprovação será por meio de:**
- 23.3.2.1. Atestado de capacidade técnica emitido por órgão da administração pública, ou
- 23.3.2.2. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
- 23.3.2.3. Não será admitido somatório de acervos para alcançar o mínimo exigido.
- 23.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelos Responsáveis técnicos serão:
- 23.5. Para o **Engenheiro Civil:**
- 23.5.1. Comprovação de **prestação de serviço de manutenção predial de pelo menos 39,68% da área do objeto de contrato (12.969,26m²), ou seja, o mínimo de 5.146,20 m²**, através de:
- 23.5.1.1. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
- 23.5.1.2. Não será admitido somatório de acervos para alcançar o mínimo exigido.
- 23.6. Para o **Engenheiro Eletricista:**
- 23.6.1. Comprovação de **capacidade técnica para 150kW**, comprovada por meio de:
- 23.6.1.1. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
- 23.6.1.2. Não será admitido somatório de acervos para alcançar o mínimo exigido.
- 23.7. Para os demais profissionais a qualificação mínima exigida são as elencadas em Anexo deste TR.
- 23.8. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 23.8.1. **Valor Global: R\$ 867.581,76**
- 23.8.2. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.
- 23.9. Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos respectivos.
- 23.10. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global**.
- 23.11. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS PREFERENCIAIS

- 24.1. Para elaboração dos custos com mão de obra utilizou-se o regime de tributação **DESONERADO**.
- 24.2. Para o cálculo do BDI foi incluída a CPRB.
- 24.3. O BDI para mão de obra foi estipulado em 27,35%.

- 24.4. O BDI para materiais e equipamentos foi estipulado em 16,32%.
- 24.5. Para valores dos custos de peças e materiais foi utilizada tabela SINAPI-PR 07/2021.
- 24.6. Para valores dos custos de mão de obra foi utilizada tabela SINAPI-PR 07/2021.
- 24.7. Para valores dos custos para EPIS, uniformes e recargas dos extintores de incêndio foi utilizado orçamento próprio. São itens obrigatórios que devem obedecer às normas da ABNT e do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná mas não constam em tabela SINAPI.
- 24.8. O custo estimado da contratação é de **R\$ 867.581,76**.
- 24.9. Os métodos e cálculos utilizados para precificação, orçamentos, referências estão descritos em Anexo deste TR

25. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 25.1. O objeto de contrato se enquadra em atividade de custeio, trata-se de contratação de manutenção predial, portanto dentro dos limites impostos pelos Decreto 10.193 de 27/12/2019 e Decreto 7689 13/06/2012.
- 25.2. O valor estimado do contrato está abaixo de R\$1.000.000,00 (um milhão).
- 25.3. A autorização para contratação de serviço de manutenção está prevista em despacho exarado pelo Ordenador de Despesas despacho 16074243.
- 25.4. A documentação do imóvel encontra-se anexa ao processo 16819231.
- 25.5. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2021, na classificação abaixo:
Gestão/Unidade: 0001 / 200366 Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu
Fonte: 01
Elemento de Despesa: 339037 (serviços equipe fixa),
339039 (serviços equipe eventual e equipe especializada) e
339030 (peças e materiais)
PI: PF99900AG20

26. **PARTES INTEGRANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA**

- 26.1. Anexo I - Características Gerais dos Imóveis (20103414);
- 26.2. Anexo II - Caderno de Encargos (20103439);
- 26.3. Anexo III - Equipes de Execução dos Serviços (20343231);
- 26.4. Anexo IV - Equipamentos, Instrumentos e Ferramentas (20103500);
- 26.5. Anexo V - Peças e Materiais (20103585);
- 26.6. Anexo VI - Instrumento de Medição de Resultados (20103635);
- 26.7. Anexo VII - Software de Gerenciamento de Manutenção (20103705);
- 26.8. Anexo VIII - Relatório de Inspeção da Situação Física (20103802);
- 26.9. Anexo VIII-A - Modelo de RISF (20104003);
- 26.10. Anexo IX - Modelo de Declaração de Vistoria (20104070);
- 26.11. Anexo X - Compromisso da Contratação (20104098);
- 26.12. Anexo XI - Justificativa à Composição do BDI (20104132);
- 26.13. Anexo XII - Cronograma Físico Financeiro (20104165);
- 26.14. Anexo XIII - Planilha de Referência Insumos e Materiais (20343335);
- 26.15. Anexo XIII-A - Planilha Excel Modelo Para Preenchimento (20343367);
- 26.16. Anexo XIII - B - Orçamento Equipamento Empresa Especializada (20106984);
- 26.17. Anexo XIII - C - Orçamento Extintores, Uniformes e EPI's (20107061);
- 26.18. Anexo XIV - Documentação do Imóvel (20107318);
- 26.19. Anexo XV - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (20107353);
- 26.20. Anexo XVI - Termo de Justificativas Relevantes (20107378);
- 26.21. Anexo XVII - Curva ABC (20343392);
- 26.22. Mapa de Análise de Riscos GTED/DPF/FIG/PR (20103316).

Luiz Condi de Godoi
APF 13.560
Gerente de Projeto da EPC - Resp. Técnico
Engenheiro Industrial - Elétrica CREA/DF-18820/D



Documento assinado eletronicamente por **LUCI DE ANDRADE CRUZ, Gestor Financeiro**, em 08/11/2021, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ CONDI DE GODOI, Agente de Polícia Federal**, em 08/11/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO DE SOUZA BOUZAS, Agente de Polícia Federal**, em 08/11/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **20951771** e o código CRC **B66CF379**.